

## GÊNERO, PODER E DIFERENÇAS

Marta Mega de Andrade\*

### Abstract

*In this paper, we debate two ways of approaching the history of gender relations through an historical analysis of a normative text such as Xenophon's "Oeconomicus", whether we begin out of the prerogatives of a male domination (as discussed in Pierre Bourdieu's book) or we otherwise stress the possibilities of appropriation / subversion of an imposed system by agents (as defended by Michel de Certeau in "L'Invention du Quotidien"). We argue that, only an approach which takes care of the possibilities and contexts of use or tactics, allows us to go beyond the limits of subordination and social inferiority as marks of womanhood into gender constructions, reaching for a political dynamic of gender productions, as spaces, identities and differences not anchored in sexual asymmetries.*

**Keywords:** Gender productions; Xenophon's "Oeconomicus"; historiographic discussion.

### Resumo

*Neste trabalho, debatemos duas formas de abordar a história das relações de gênero através de uma análise histórica de um texto normativo como o "Econômico", de Xenofonte, quer comecemos a partir das prerogativas de uma dominação masculina (como discutida no livro de Pierre Bourdieu) ou, de outra forma, reforçemos as possibilidades de apropriação / subversão de um sistema imposto por agentes (como defendido por Michel de Certeau em "A Invenção do Cotidiano"). Argumentamos que somente uma abordagem que considere as possibilidades e os contextos de uso ou táticas permite-nos ir além dos limites da subordinação e inferioridade social como marcas de feminilidade para construções de gênero, procurando por uma dinâmica política de produções de gênero como espaços, identidades e diferenças não ancoradas em assimetrias sexuais.*

**Palavras-chave:** Produções de gênero; "Econômico" de Xenofonte; discussão historiográfica.

---

\* Professora Adjunta de História Antiga do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ. Membro do Laboratório de História Antiga (LHIA) / UFRJ. Apoio financeiro da FUJB / UFRJ e do CNPq.

## Introdução

Este artigo discute duas vias de questionamento da construção histórica das relações de gênero: uma derivada de Pierre Bourdieu (1999) e outra originada nas reflexões de Michel de Certeau (1990 e 2000). Trata-se de propor a questão da dominação como sistema *versus* a subordinação como atividade de apropriação / subversão de um sistema imposto. Incidiremos assim sobre a crítica a uma perspectiva totalizante do sistema de dominação no exercício do poder simbólico e incorporação no *habitus*, a partir da proposta de que nenhum sistema pode ser *total* na *prática* e na *história* como pode sê-lo inserido em um outro sistema, qual seja, o de uma dessas “pulsões escópicas” em que pode se fabricar a escritura da história. Realizaremos concomitantemente um exercício de leitura de trechos do *Econômico*, de Xenofonte (século V a.C., Atenas), afim de exemplificar os pontos de vista debatidos com uma leitura histórica de um texto altamente idealizador e normativo sobre as relações homem / mulher no casamento.

Por mais que se tenha formulado como questão, apontado como problema a condição da mulher e das mulheres como grupo social e sujeito histórico nas últimas décadas, ainda é possível perceber que o campo de investigação aberto por esses questionamentos está longe de se definir de forma unívoca. É certo que se trata de pesquisa histórica, essa que busca pelo sujeito feminino em meio às transformações sociais; mas não é menos certo que se não fossem os instrumentos da Antropologia, da Sociologia e mesmo da Psicologia Social, não teria sido possível aos historiadores argumentarem na direção de conceitos como diferença sexual e gênero. Ao mesmo tempo, o campo é polêmico, assim como o é o estudo das etnias e das demais formas de diferenciação social que procuram delimitar grupos e identidades fundamentadas em categorizações que são, no limite, “físicas”, “naturais”: qual é o seu efetivo papel na produção das diferenças? Uma questão polêmica, mas da qual os estudos de gênero, particularmente, não podem se furtar, na medida em que “gênero” — e nisto reside a grande dificuldade do conceito — supõe efetivamente a presença de um masculino e um feminino, que podem ser sem sombra de dúvidas vistos a olho nu como seres biologicamente (e por isso naturalmente) diferentes.

Podem ser e são vistos a partir da premissa de que a diferença sexual se fundamenta, em última instância, em diferenças genéticas e funcionalidades adquiridas na formação do cérebro humano. Contrapondo-se a esse substrato “natural”, a historiadora Joan Scott discutiu amplamente a questão em diversos capítulos de seu livro (1999), mostrando os desafios e a dificuldade de uma

problematização histórica da diferença sexual, assunto que até um certo momento pertencia ao domínio das ciências biomédicas. Mostrando a dificuldade em se abordar o conceito de gênero de uma forma unificada, debatendo o empirismo que marca o uso da noção, Joan Scott completa uma reflexão já presente em *História das Mulheres* (1992), em que se suscita a posição dessa nova historiografia como uma espécie de *suplemento*<sup>1</sup> à Historiografia tal como a conhecemos. Se com isso a história das mulheres complementa com informações adicionais, ela também desafia objetos consolidados na historiografia, como, por exemplo, o Trabalho, e mais especialmente a Política e seu corolário, a separação entre uma Vida Pública e uma Vida Privada, entre um espaço público de públicas e masculinas transações, da Guerra à Política e ao Estado, do Mercado ao Direito, e o espaço privado do universo feminino das casas e das famílias.

Estariam corretas essas classificações? Quando formulo esta questão, não quero dizer que elas poderiam estar erradas, mas, sim, que elas não são formas neutras de perceber a organização da diferença sexual na sociedade e na história, calcadas na observação dos *factos*. Eis o dilema que coloca a construção da historiografia que *quer* problematizar a produção histórica de sujeitos *genderizados* (*gendered subjects*): a própria História tem que trazer à tona os processos históricos e políticos de produção de identidades, as linhas divisórias ou di-visões institucionalizadas, que se reproduzem no discurso da própria História e da estrutura científica como um todo (BOURDIEU, 1998). Isto não é uma premissa; é uma necessidade vital.

Um dos campos em que podemos perceber a vital importância de se desconstruir modelos e pensar além de camadas e camadas seculares de saberes adquiridos a respeito da posição e condição social das mulheres é o dos estudos das sociedades clássicas, particularmente no caso da Grécia Antiga. Tomemos como exemplo a separação entre as esferas pública e privada da vida, que afeta a compreensão mesma de política e sociedade nas teorias modernas em Ciências Sociais e História. A força estruturante com que a separação público / privado (estado / sociedade civil, política / família, masculino / feminino) atinge os saberes constituídos é, em grande medida, fruto de interpretações da teoria política grega e sua reapropriação no processo de consolidação dos estados ocidentais modernos (KATZ, 1995). Percepções de senso comum, como, por exemplo, a de que o espaço feminino é historicamente o da família e da casa, o cuidado dos filhos, a capacidade feminina de criar empatia social e de, literalmente, “amar” os filhos, costumam fazer a ligação direta entre o ocidente moderno e a Grécia das *Pólis* pela mediação de seus textos como, no caso, o *Econômico*, de Xenofonte (SPENCER-WOOD, 1999).

## I. Sócrates e a Esposa de Iscômaco: o espaço doméstico

Os parágrafos VII a X do *Econômico* apresentam aos ouvintes (Sócrates e Critóbulo) / leitores o diálogo entre o exemplo de *anèr kalòs kagathòs*, Iscômaco, e sua esposa anônima. Neste diálogo, é preciso explicar à esposa que o casamento é natural e conforme as leis; que esta união é uma sociedade de homem e mulher em interesse comum; que a substância desse interesse é a casa (*oikos*), e que a casa, por sua vez, é necessidade inerente à natureza humana.

O *oikos* se constitui como um espaço cindido pelas duas partes complementares, a de “dentro” (*endon*) e a de “fora” (*exo*). A mulher governa, como rainha ou timoneiro, o interior; e o homem ensina a ela a arte do bom governo: adequação dos lugares às coisas, ordem, cuidado e medida com as provisões, os apetrechos, os objetos, domínio sobre os escravos e domínio de si no exercício das tarefas domésticas. A questão é, portanto, dupla: ordenação das coisas, gestão de pessoas; o “interior”, espaço do gênero feminino, deve funcionar pela obra do espírito comedido, cuidadoso da mulher como um microcosmo da ordem e da adequação (ideais) do espaço urbano.

A constante referência a exemplos políticos e militares, a separação entre papéis masculinos e femininos em espaços também distintos parecem, à primeira vista, assimilar-se à separação entre público e privado. De fato, Xenofonte reitera a representação das esferas pública e privada da vida de um homem como duas esferas distintas e complementares. Mas este não é o principal crivo do *Econômico*. Não podemos compreender nem a separação entre o interior e o exterior da “casa”, nem a divisão dos papéis masculinos e femininos, pela divisão entre as esfera pública e privada. Focalizando o homem livre e cidadão, o diálogo do *Econômico*, em verdade, mantém-se todo na esfera privada, na qual o cidadão deveria encontrar uma divisão funcional do espaço habitado em interior e exterior; e nessa divisão, o espaço interior seria adequado às mulheres que com ele conviviam, sob a maestria da esposa legítima, e no espaço exterior o homem deveria predominar.

Chamamos essa divisão do espaço considerada adequada por Xenofonte de “funcional”, pelo fato de ela ser construída sobre o fundamento dos papéis distintos e constituintes dos gêneros masculino e feminino na vida privada. Não se trata simplesmente de qualificar o espaço segundo o gênero; trata-se de mobilizar atividades cotidianas, no espaço, segundo capacidades que seriam “convenientes” e “naturais” aos dois gêneros — masculino (*árren*) e feminino (*thêlys*).

*Parece-me que os deuses agiram com grande discernimento ao juntar o masculino e o feminino, como são chamados, principalmente para formar uma parceria perfeita em interesse mútuo. Pois em primeiro lugar, para que as diversas espécies de criaturas viventes não se extinguissem, juntaram-se macho e fêmea para a geração de filhos. Em segundo lugar, uma fonte de apoio para a velhice é provida por essa união, para os seres humanos. Em terceiro lugar, os humanos não vivem ao ar livre como os animais, mas obviamente precisam de um abrigo. Assim sendo, aqueles que pretendem ter o que armazenar no espaço coberto, precisam de alguém que trabalhe em ocupações ao ar livre; como arar, semear, plantar e colher são todas tarefas do ar livre; e elas provêem o alimento necessário. E então, quando isto é armazenado no espaço coberto, há a necessidade de alguém que cuide do que foi armazenado e que se ocupe das coisas que devem ser realizadas sob o telhado. Cobertura é necessária para o cuidado com os bebês; cobertura é necessária para a transformação de cereal em pão, assim como para a produção de vestuário e tecidos do tear. E como tanto as tarefas de interior como as de exterior exigem ambas memória e cuidado, a divindade logo no início adaptou a natureza da mulher, penso eu, ao interior, e a natureza do homem para as tarefas e preocupações do exterior (XENOFONTE, *Econômico* VII, 18-22).*

E continuando:

*Sua tarefa é permanecer no interior e enviar para fora aqueles cujo trabalho é fora, e supervisionar aqueles que devem trabalhar no interior, além de receber o que vem de fora e distribuir a quantidade que deve ser distribuída na medida em que se precisar gastar, e vigiar tudo o que deve ser mantido guardado, além de cuidar para que a quantidade que se deve estabelecer para um ano não seja gasta em um mês. E quando os fios forem trazidos para você, você deve observar que as capas sejam feitas para quem precisa delas. Você deve cuidar também para que o milho seco esteja em boas condições para fazer o alimento (XENOFONTE, *Econômico* VII, 35-36).*

A gestão do que acontece dentro de “casa”, na medida em que isso diga respeito à “economia” — às atividades de produção e armazenamento — deve caber à esposa, e isto inclui: controle (e cuidado) dos escravos; decisões sobre a entrada e a saída de escravos segundo a necessidade ditada

pela produção ou pelo armazenamento; controle espacial e temporal do que se encontrava armazenado e do que deveria ser fabricado para os de “casa” (vestuário, calçados, provisões).

O arranjo material da “casa” é descrito de forma genérica, como o esperado, o adequado, tendo em vista suas duas funções principais – fabricação e armazenamento. Mas este arranjo de certo modo independe dos agentes cotidianos que atuam nesse espaço interior; e com certeza independem dessa “maestria” feminina, já que tanto a ordem espacial quanto a ordem das coisas precedem o casamento, precedem a chegada da mulher à “casa” do marido. Isto se percebe claramente no “passeio” em que Iscômaco apresenta a “casa” a sua esposa:

*[Iscômaco]: Pensei então em mostrar-lhe todos os recursos da casa. Ela não é ornamentada com muita decoração, Sócrates, mas as peças são construídas e concebidas para a finalidade, precisamente, de conter o mais comodamente possível aquilo que se deve aí colocar: cada cômodo convidava a se colocar nele aquilo que convinha. O thálamos [quarto principal], que é o mais seguro, convidava a se colocar nele os bens mais preciosos, mantos e mobílias, as salas secas o grão, as salas frescas o vinho; as salas claras os trabalhos e a “louça” [afazeres e materiais de uso diário], que precisam de luz. Em seguida, eu a fiz visitar as peças em que nos mantemos, bem arranjados, frescos no verão, aquecidos no inverno. Eu mostrei a ela ainda que toda a casa se volta para o sul: assim é, evidentemente, para que no inverno ela aproveite bem o sol, e no verão a sombra. Eu a fiz ver também os aposentos das mulheres [gynaikonítis], separado do aposento dos homens [andronítis] por uma porta fechada à chave, para evitar que não se carregue nada indevidamente, e que se gerem filhos sem nossa permissão (XENOFONTE, Econômico IX, 2-5).*

O que nos interessa de perto, nesse trecho, é o modo como a mulher é apresentada ao lugar que, de acordo com os deuses, com a natureza e com o *nómos*, deveria ser seu por excelência. No limite, a mulher foi feita para o interior, mas essa adequação ainda dependeria, em última instância, de ela vir a se tornar esposa de um homem, que então lhe daria as condições necessárias para cumprir sua função como mulher. É perfeitamente visível que este interior *feminino* é, para a esposa recém-chegada, um lugar estranho, cujo reconhecimento e o acolhimento dependem do chefe do *oikos*, que é seu marido. A partir desse reconhecimento, estariam dadas as condições para a boa esposa tornar-se mestra da “casa”.

A mulher “iscomaquiiana” habita a esfera privada de seu marido. Quanto à sua própria vida, não podemos dizer que ela se passa em espaço privado, ou que este espaço é seu apanágio. Como “rainha” no interior da “casa”, a esposa ideal tem o controle dos acontecimentos, das pessoas e das coisas, da passagem de escravos entre dentro e fora; mas com relação a esse espaço no qual ela vive e decide cotidianamente sobre tarefas, a esposa parece alheia, o próprio arranjo lhe escapa, não apenas pelo fato de que, no casamento, a esposa se desloca em direção a uma “casa” que lhe é estranha — ela sai de sua “casa” natal, e vai co-habitar com o marido no *oïkos* deste, e sua posição permanecerá ambígua dentro da “casa” do marido, nunca totalmente integrada (REDFIELD, 1994) —, mas, ainda, porque não é ela quem decide como organizar o espaço. Ela deve cuidar dos “eventos”, enfim, mas não deve cuidar das “estruturas”.

Esta distinção é importante, porque nos ajuda a compreender até onde pode ir, ou melhor, qual deve ser o campo de aplicação desse papel feminino dentro de “casa”. Por mais que se diga que a esposa “dominava” o espaço doméstico, e que culturalmente esse interior era marcado pelos atributos do feminino (VERNANT, 1990), o fato que prevalece quanto à estrutura habitativa, entre homens e mulheres, é ainda o da propriedade, que era sem dúvida masculina. O que a mulher *podia* fazer, ou melhor, o que a esposa podia fazer — como frisamos, este “poder” não se aplicava nem a concubinas ou escravas ou filhas —, segundo Xenofonte, era usar *adequadamente*, e assim tornar-se mestra neste espaço. Verifica-se, assim, uma descontinuidade entre o caráter *feminino* inegavelmente atribuído pela cultura grega aos interiores das casas, e as prerrogativas das mulheres quanto a este e a outros espaços.

Faremos então uma separação entre um ideal normativo de senso comum na sociedade políade do final do século V a.C., que vinculava o gênero feminino ao espaço interior das casas e a vida da mulher à dimensão do *oïkos*, e as práticas do espaço, por outro lado. Pois ao “assenhorar-se” do espaço doméstico, a esposa de fato realiza uma dupla tarefa de corresponder às expectativas de um outro senhorio — o do chefe da casa — e *usar* um espaço que não é *seu*, no qual ela não pode esperar obter ganhos, que não pode, enfim, constituir-se em lugar próprio no traçado de estratégias. Portanto, embora o interior das casas seja *feminino* — na cultura grega como entre os kabila de P. Bourdieu — isto não significa que a mulher (esposa) nele predomine senhora de suas disposições e organizações.

Para finalizar esta leitura do *Econômico*, podemos dizer que Xenofonte propõe a um grupo de elite, na segunda metade do século IV a.C., um modelo de

conduta que subordinava as práticas políticas e a vida pública a um modo adequado de gerir a “vida privada”. Podemos nos perguntar se o fato da formulação de um modelo — de gestão do *oïkos*, assim como de relações de gênero no casamento — não constituiria, na verdade, um testemunho de que a “alta sociedade” da época de Xenofonte e Aristóteles não se comportava daquela maneira no “privado”, não “seguindo”, assim, nenhum paradigma dominante. Estamos propondo, com isso, uma interpretação do *Econômico* como um texto “especular”, ao fornecer a um grupo social padrões de comportamento nos quais ele deveria se espelhar, o que não nos indica necessariamente um padrão de comportamento efetivo, mas nos sugere que havia a necessidade de se formular um tal modelo, *porque ele não era seguido na prática*. Ao levar em consideração a diferença entre o que é dito e o que é feito, a descontinuidade entre os esquemas socialmente dominantes e os estratagemas cotidianos (usos), e enfim a discrepância entre o investimento cultural de sentido no *gênero* e o espaço social das mulheres (casadas), pretendemos colocar em perspectiva um dos temas mais caros à *Dominação Masculina*, qual seja, o da fraqueza das armas dos fracos.

## II. O Jogo com a “Dominação Masculina”

Escolhemos o *Econômico* por ser um texto normativo, especular e extremamente *usado* por toda uma tradição de leitura do papel e da condição feminina no mundo grego antigo. O texto de Xenofonte apresenta um ideal de organização social das relações de gênero, tendo como centro o casamento e a casa. Por isso, de certa forma, a ele se aplicariam algumas noções importantes para a caracterização que Pierre Bourdieu faz da dominação masculina (1999). Primeiramente por trabalhar com afinco pela consagração de uma linha divisória, que passa entre *masculino* e *feminino*, definindo um por exclusão, oposição ou complementação ao outro. Segundo, por se tratar de uma proposta de organização do espaço social levada a cabo no e pelo interesse dos homens livres, cidadãos e chefes de *oikoi*. Enfim, por deixar claro que a *autoridade* do homem sobre a mulher se deve a um processo anterior de reconhecimento *a priori* pela mulher desse lugar de autoridade como natural e necessário. O *Econômico* busca, assim, construir e sustentar essa autorização, demonstrando com isso que os termos da relação precisam ser cultivados, educados, incutidos. A nossa pergunta então será: *é isto somente o que ele faz?*

Em *A Dominação Masculina* (1999), Pierre Bourdieu acentua a importância da reprodução simbólica dos esquemas adquiridos da diferença sexual

para a reprodução da própria organização da vida material (patrimonial) dos kabila. Bourdieu liga assim uma sociedade patrimonial e patriarcal, que pode de resto ser comparada à Grécia Antiga, à divisão sexual do trabalho que gera, por exemplo, diferentes espaços de atuação para homens e mulheres, respectivamente no fora e no dentro, no público e no privado. O saber da diferença sexual assim adquirido, enraizado, inculcado, consagrado pelos ritos de instituição, *conhece* como real e natural aquilo para o que foi gerado, ou seja, para a organização da vida social através de esquemas de percepção cosmológicos do tipo homem : mulher : seco : úmido : quente : frio : fora : dentro. Por isso *o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder* (BOURDIEU, 1999, pp.52-53). O poder simbólico não se conjura pela conscientização que ignora o adquirido (*habitus*). E a “submissão encantada” é o efeito característico da violência simbólica. Não se trata de ideologia, de representação, mas *de um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos*.

Dada a circularidade a qual tende o sistema de dominação simbólica, chega-se à conclusão lógica da impossibilidade de, em se agindo e pensando *dentro* do sistema, desconstruir o sistema mesmo. *As armas dos fracos* são, nesta perspectiva, armas fracas, já que os corpos e mentes que as sustentam são, por sua vez, sustentados dentro de um sistema de dominação no qual *sofrem* a violência simbólica. Para desconstruir a quimera, é preciso dar um salto para fora, ato este praticamente impossível caso as condições materiais de existência não tenham se modificado a ponto de objetivar uma *crise* (BOURDIEU, 1980). Saltar para fora de um sistema de dominação simbólica no auge de sua reprodução auto-evidente, é um ato que só pode ser perpetrado por aqueles que olham de fora, de longe, como, por exemplo, um etnólogo escavador de esquemas de percepção e hábitos adquiridos.

É a partir deste ponto que Michel de Certeau se vê divergindo de Bourdieu e, nesta divergência, nos promete uma melhor discussão das *descontinuidades* desse texto aparentemente tão demarcador de posições sociais que é o *Econômico*. As análises de Michel de Certeau sobre a polemologia cotidiana (1990, pp.91-108, 111-130, 169-192, 221-276) subentendem que o que está em foco não são os projetos consolidados, as representações cristalizadas ou as normas. O que se focaliza é justamente a *possibilidade* de toda e qualquer consolidação, seja de um espaço urbano, seja de uma tendência de consumo. Essa possibilidade é o que diferencia o olhar “do alto”, o olho panóptico que responde a uma pulsão escópica e por isso esquadrinha, traça, junta os fios da trama e constrói modelos, do olhar

de baixo que desconhece o fim de tudo, e simplesmente atualiza suas escolhas em meio ao espaço já construído que lhe oferece resistências. A instabilidade característica dessa imersão no tempo-espaço das realizações cotidianas é, por natureza e necessidade, avessa, ou se se preferir, *invisível*, justamente ao olhar panóptico que, ao preço de abarcar tudo, só pode fazê-lo criando substitutos, *duplos* do mundo que ele queria conhecer.

A questão de Michel de Certeau não é, a nosso ver, a de gerar um novo modelo capaz, efetivamente, de incluir em seus parâmetros a instabilidade cotidiana, mas de abrir um diálogo possível entre a vontade de saber e a *poética* do cotidiano, um diálogo que reestruturará o saber preparando-o para o jogo da invenção, da fabricação, em síntese, da *aporia*. Assim, Michel de Certeau inspira-se nos estudos de Vernant e Detienne sobre a *métis* dos gregos, essa palavra que eles reservavam à racionalidade prática do aproveitamento da ocasião, do tempo certo, racionalidade sem palavra, toda feita de atos, junção de atos e eventos (DETIENNE; VERNANT, 1976). Eis o modelo de ação tática.

A tática é a arte do fraco, diz o autor (1990, p.61). Arte de atuar subvertendo o mundo que não é seu, sem capitalizar os ganhos para si. Essa arte subentende uma outra, que é estratégica. Arte do forte, do proprietário, do discurso autorizado à instituição, que dominam o território, um campo de atuação. A estratégia se lança justamente para manter e organizar um campo, capitalizando cada palmo, cada ganho, cada sim e cada não. Na polemologia do cotidiano, o que se coloca frente a frente não são as idéias, as identidades e as instituições; são as táticas e as estratégias que se batem, se entrelaçam e fazem da vida cotidiana história. Dessa história de batalhas entre possíveis, sim, emergem semelhantes e diferentes as idéias, as instituições e as identidades. Caminho inverso portanto. Ao invés de partir das representações, da cultura ou de um determinado campo, seja o político, o religioso ou o cultural, partir do contraditório, das tensões que deixam suas marcas no campo de batalha. Ao invés do sistema, veremos, então, *bricolagens*.

## Conclusão

O texto do *Econômico* em sua grande evidência estrutural não deixa, contudo, de produzir efeitos de *bricolagem*. Já exploramos um deles — a descontinuidade entre a figura estrutural feminino:interior e as possibilidades de as mulheres poderem apoiar-se de fato em uma correspondência como esta (sendo “donas” do uso desse espaço interno, o que efetivamente não eram).

Há outras estratégias, outras sobras de texto que podemos ressaltar como indicativas das *sobras* do sistema de dominação que faz do *Econômico* um texto *representativo*.

Seja, por exemplo, no que tange às relações de poder. O *Econômico* demonstra uma preocupação com as formas pelas quais o poder se exerce e se distribui no *oikos*. Mas ao mesmo tempo que coloca nas mãos do chefe da casa o desejo e o interesse de organizar este espaço, Xenofonte indica que o aprendizado feminino das regras masculinas é como que “compensado” por uma competição pela melhor adequação aos papéis e à divisão do trabalho. Assim, as prerrogativas femininas surgem como conquistas. Podemos dizer certamente que a transformação das condições de submissão da esposa em degraus de uma conquista corresponde àquele encantamento da *doxa*, tal como Bourdieu examina a questão. Contudo, ao propor essa espécie de *agon* entre homens e mulheres pela instituição do *oikos*, Xenofonte não estaria de fato colocando homens e mulheres em um patamar de igualdade? Afinal, apenas podem competir os de igual categoria, caso contrário não há competição, mas prevalência. Supondo, como um último estratégia, que o autor não acredita realmente no que diz, mas visa convencer usando de retórica sem fundamento nas condições objetivas de existência. Mesmo assim, a necessidade de usar tais argumentos “enganadores” não deveria ser questionada como parte de um projeto *polemológico* de captura estratégica do possível retorno de um recalque (a parte *política* e conflitual da presença feminina na casa de um homem, seu marido, irmão, pai, etc.)?

O que nos leva a uma outra questão: a quem Xenofonte visa convencer? O discurso do *Econômico* é lido linearmente como um tratado para o homem econômico, ou seja, para o chefe de uma casa e gestor de um patrimônio. Assim, esse projeto de gestão deve se ocupar de uma das partes mais importantes do *oikos*, que é a da relação marido/esposa e da necessidade (con)sagrada do casamento. Neste sentido, Xenofonte objetivaria ensinar o homem a dominar sua vida econômica, afim de dar o melhor de si enquanto cidadão. Por que então insistir no par complementaridade / competição para caracterizar o casamento? Por que conceder à esposa que se destaque tanto a ponto de fazer de seu marido um servidor? Afinal, Xenofonte não teria *leitoras*?

Estamos sustentando que ao “macho dominante” construído por um ideal normativo patriarcal que fornece a base ideológica do *Econômico* equivale uma “fêmea dominante”, a *rainha das abelhas*, metáfora utilizada por Xenofonte para caracterizar a esposa do *homem belo e bom*. Esta mulher-

esposa, a *melissa* dos antigos atenienses, não encontra a base de seu poder no espaço da casa que ela ocupa (o espaço interno muitas vezes confundido com um *gineceu*), e sim na *formalidade* das relações de gênero neste casamento específico, de “alta sociedade”. Assim, considerar uma fórmula universal de dominação masculina sobre as mulheres na Grécia seria suficientemente enganador para que já procurássemos suas nuances. Sugerimos que de alguma forma a diferença social dessa *melissa* justifica que o *Econômico* seja um tratado destinado também a ela e à sua *con-formação*.

Isto não subtrai aos antigos gregos a organização patrimonial e patriarcal que era a sua. Mas insinua, primeiro, que nem todas as criaturas de sexo feminino partilhavam da mesma condição política no sistema de dominação masculina; e depois, que esta dominação não pode ser absoluta se *conta com* uma competição entre homens e mulheres pela excelência no casamento. Deixamo-nos levar pelo *encantamento* do sistema mais uma vez? Assumimos como vitórias os bibelôs deixados às mulheres, quando o **verdadeiro poder** são os homens que exercem? Mas, afinal, o que vem a ser esse “verdadeiro poder”, senão a auto-afirmação masculina de que o seu poder é o que **vale**, segundo a tautologia do sistema?

Nenhuma dessas questões poderia ser formulada partindo do princípio de que a dominação masculina produz e reproduz um sistema unívoco de submissão feminina, porque elas dependem de nossa aposta no jogo de usuários com um quadro que lhes é oferecido; elas dependem de se levar em consideração que o *inculcado* é também *agente*, e como agente tem sempre a possibilidade de acionar os motores do sistema de forma errada e, daí, produzir a partir dele uma obra insana ou mesmo desengatar suas engrenagens. Do mesmo modo que Xenofonte espera encontrar objetivamente um público atento, compreensivo e realizador de seus ideais, o *Econômico conta com* um alvo dinâmico a atingir, e por isso mesmo não pode simplesmente dizer, mas tem de convencer o *oikonomikos*, mas mais ainda sua esposa, de que o mundo deve ser como deve ser e, talvez, não como é.

Ao fim e ao cabo, pensar a dominação masculina como um sistema de mão única é ceder a única voz ao que *foi* consagrado, cristalizado, instituído como regra social das relações de gênero e, neste movimento, reconhecer tão somente a estrutura do patriarcado mediterrâneo. Infelizmente, isto nos aproxima demais da condição feminina como *estigma*, não nos dando a chance de operar historicamente para mostrar os pontos focais da construção, primeiro, de *posições de gênero*, depois, de *sujeitos com gênero* e, por fim, de usos femininos e do feminino na História.

## ANEXO 1 – Trecho do *Econômico* para o exercício de leitura

Fonte: XÉNOPHON. *Économique*. Paris: Les Belles Lettres, 1949. (trad./est. P. Chantraîne). (§ 18-22); *Econômico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado) (§ 23-31)

“Parece-me que os deuses agiram com grande discernimento ao juntar o masculino e o feminino, como são chamados, principalmente para formar uma parceria perfeita em interesse mútuo. Pois em primeiro lugar, para que as diversas espécies de criaturas viventes não se extinguissem, juntaram-se macho e fêmea para a geração de filhos. Em segundo lugar, uma fonte de apoio para a velhice é provida por essa união, para os seres humanos. Em terceiro lugar, os humanos não vivem ao ar livre como os animais, mas obviamente precisam de um abrigo. Assim sendo, aqueles que pretendem ter o que armazenar no espaço coberto, precisam de alguém que trabalhe em ocupações ao ar livre; como arar, semear, plantar e colher são todas tarefas do ar livre; e elas provêem o alimento necessário. E então, quando isto é armazenado no espaço coberto, há a necessidade de alguém que cuide do que foi armazenado e que se ocupe das coisas que devem ser realizadas sob o telhado. Cobertura é necessária para o cuidado com os bebês; cobertura é necessária para a transformação de cereal em pão, assim como para a produção de vestuário e tecidos do tear. E como tanto as tarefas de interior como as de exterior exigem ambas memória e cuidado, a divindade logo no início adaptou a natureza da mulher, penso eu, ao interior, e a natureza do homem para as tarefas e preocupações do exterior. Preparou o corpo e a alma do homem para que possa suportar melhor o frio, o calor, caminhadas e campanhas bélicas. Impôs-lhes por isso os trabalhos fora de casa; à mulher, penso eu, por ter-lhe criado o corpo mais fraco para essas tarefas, disse-me ter dito, impôs as tarefas do interior da casa. E, sabendo que dentro da mulher colocara o alimento dos recém-nascidos e lhe impusera o encargo de nutri-los, deu-lhe também uma porção maior de amor pelas crianças que ao homem. E visto que impusera à mulher vigilância sobre o que está guardado dentro de casa, sabendo que em relação à vigilância não é inferioridade ser tímida de alma, deu à mulher uma porção maior de temor que ao homem. Sabendo porém que, em compensação, caso alguém cometa alguma ação injusta, é aquele que tem em suas mãos os trabalhos de fora de casa que caberá a defesa, a este deu uma porção maior de coragem. Mas porque ambos devem dar e receber, aos dois deu em partes iguais a memória e o zelo. Sendo

assim, não poderias distinguir qual sexo, o feminino ou o masculino, tem mais desses dons. Fez também que fossem igualmente capazes de controle sobre si mesmos e deu-lhes licença para que quem fosse o melhor, homem ou mulher, assumisse para si parte maior desse bem. E pelo fato de que, por natureza, ambos são igualmente bem dotados para tudo, precisam muito um do outro e a união é mais útil ao casal quando um é capaz daquilo em que o outro é deficiente. Sabendo, minha mulher, disse-lhe eu, os deveres que a cada um de nós foram determinados pelo deus, é preciso que tentemos, cada um de nós, levá-los a termo da melhor forma possível. Aprova-o, disse-me ter dito, também ao fazer cônjuges o homem e a mulher. E como o deus os fez parceiros quanto aos filhos, assim também a lei os instituiu como parceiros na casa. E a lei declara nobre aquilo para o que os fez mais capazes por natureza. Para a mulher é mais belo ficar dentro de casa que permanecer fora dela e para o homem é mais feio ficar dentro de casa do que cuidar do que está fora. Se alguém faz coisas estranhas à natureza que a divindade lhe deu, talvez os deuses não deixem de perceber que ele está fora de seu lugar e ele é punido por descuidar-se das tarefas que são suas ou fazer tarefas da mulher” (XENOFONTE, *Econômico* VII, 18-31).

## ANEXO 2 – Grades de Leitura do *Econômico*

Quadro 1

SUJEITO	VERBO	OBJETO
DEUSES	Agiram com discernimento	Juntar masculino e feminino
MASCULINO E FEMININO	Formar	Parceria perfeita no interesse mútuo
MACHO E FÊMEA	Juntaram-se	Geração de filhos
UNJÃO MACHO E FÊMEA	Prover	Apoio na velhice aos humanos
SERES HUMANOS	Não vivem ao ar livre como animais	
	Precisam	De um teto
AQUELES	Pretendem ter	O que armazenar no espaço coberto
	Precisam	De alguém que trabalhe no ar livre
TAREFAS DO AR-LIVRE	Plantar, arar, semear, colher	
	Provêem	O alimento necessário
NECESSIDADE DE ALGUÉM	Cuide	Do que foi armazenado
	Se ocupe	Das coisas que devem ser realizadas sob o telhado
COBERTURA	É necessária	Cuidado com os bebês, transformar cereal em pão, produção de tecidos
TAREFAS DO INTERIOR E DO EXTERIOR	Exigem	Memória e cuidado
DIVINDADE	Adaptou para o interior	A natureza da mulher
	Adaptou para o exterior	A natureza do homem
	Preparou para suportar melhor	O frio, o calor, camalhadas e campanhas bélicas, o corpo e a alma do homem
	Impôs	Ao homem os trabalhos de fora de casa
	Impôs	A mulher os trabalhos de dentro de casa
	Impôs	A mulher o encargo de nutrir os recém-nascidos
	Deu	A mulher porção maior de amor pelas crianças que o homem
	Impôs	A mulher vigilância sobre o que está guardado dentro de casa
	Deu	A mulher porção maior de temor que ao homem
	Deu	Ao que trabalha fora de casa porção maior de coragem
	Deu	A ambos partes iguais de memória e zelo
	Fez	Ambos igualmente capazes de controle de si
	Deu honra	Ao que fosse melhor assumir parte maior desse bem
[O HOMEM E A MULHER]	São por natureza	Bem dotados para tudo
	Precisam muito	Um do outro
O DEUS	Determinou	A cada um de nós deveres
CADA UM DE NOS	Deve levar a termo da melhor forma possível	Os deveres
DEUS	Fez parceiros	[o homem e a mulher] Quanto aos filhos
A LEI	instituiu	[o homem e a mulher] parceiros na casa
	Declara nobre	O que os fez mais capazes por natureza [o homem e a mulher]
PARA A MULHER	É mais belo	Ficar dentro de casa do que permanecer fora dela
PARA O HOMEM	É mais feio	Ficar dentro de casa do que cuidar do que está fora
OS DEUSES	Põem	Quem está fora de seu lugar

DEUSES - Determinar	
LEI - Instituir	POR NATUREZA – Conformar
SERES HUMANOS – Ser, Cuidar, Juntar-se	
PARCERIA – Quanto aos filhos, na casa, nos deveres	
Ar Livre	
Espaço Coberto	
Agir	<p>Homem</p> <p>O corpo e a alma do homem</p> <p>Masculino por natureza</p>
Realizar	<p>Mulher</p> <p>O corpo e a alma da mulher</p> <p>Feminino por natureza</p> <p>Mais belo para a mulher</p> <p>Mais feio para o homem</p> <p>Nutrir recém-nascidos</p> <p>Cuidado com os bebês</p> <p>Transformar cereal em pão</p> <p>Produzir tecidos</p> <p>Armazenar</p> <p>Vigiar</p>
Ser	<p>Porção maior de amor pelas crianças</p> <p>Porção maior de temor</p> <p>Porção igual de memória e zelo</p> <p>Porção igual de controle de si</p>

## Bibliografia

- BOURDIEU, P. Objectiver L'Objectivation; Structures, Habitus, Pratiques; La Croyance et le Corps. In: \_\_\_\_\_. *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit, 1980, pp.51-70, 87-110, 111-134.
- \_\_\_\_\_. *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 1998, pp.97-106.
- \_\_\_\_\_. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.
- CERTEAU, M de. *A Invenção do Cotidiano*. v.I: Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Heterologies. Discourse on the Other*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.
- DETIENNE, M.; VERNANT, J.-P. *Les Ruses de l'Intelligence. La Métis des Grecs*. Paris: Flammarion, 1976.
- KATZ, M. Ideology and the status of Women in Ancient Greece. In: HAWLEY, R.; LEVICK, B. (eds.). *Women in Antiquity*. London: Routledge, 1995, pp.21-43.
- REDFIELD, J. O Homem e a Vida Doméstica. In: Vernant, J-P. (ed.). *O Homem Grego*. Lisboa: Presença, 1994, pp.145-171.
- SCOTT, J. W. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1999.
- SCOTT, J. W. História das Mulheres. In: BURKE, P. (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, pp.63-96.
- SPENCER-WOOD, S. M. The World They Household. In: ALLISON, P. M. (ed.). *The Archaeology of Household Activities*. New York: Routledge, 1999, pp.162-169.
- VERNANT, J-P. Héstia—Hermes; Espaço e Organização Política na Grécia Antiga. In: \_\_\_\_\_. *Mito e Pensamento entre os gregos*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

## Nota

<sup>1</sup> “Eu gostaria de dizer que, pensando em termos da lógica contraditória do suplemento, podemos analisar a ambigüidade da história das mulheres e sua força política potencialmente crítica, uma força que desafia e desestabiliza as premissas disciplinares estabelecidas, mas sem oferecer uma síntese ou uma resolução fácil (...)” (SCOTT, 1992, p.76).